



Casais em segunda união: desafios e encaminhamentos pastorais

Couples on second union: challenges and pastoral procedures

Por Alessandro Almeida Colen

Mestre em Teologia (EST)

Resumo

Os processos de secularização pelos quais vem passando o país têm tornado visível o avanço do número de casais que se separam e voltam a viver em união marital. Essa situação não diminui sua vontade e desejo de participar da comunidade de fé, ocasionando assim um clima de necessidade pastoral que auxilie esses casais, que se encontram em condições difíceis e, por vezes, muito delicadas e conflituosas. Por isso, evidencia-se a cada dia a criação de pastorais que estejam prontas a andar junto e a prestar o serviço evangélico de solidariedade aos casais em segunda união. Nesta tarefa, o presente artigo intenta apontar algumas possibilidades de auxílio terapêutico, dialogando com a terapia de casais de viés analítico e com o aconselhamento pastoral, sem deixar de fazer referências ao posicionamento da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), com suas diretrizes pastorais.

Palavras-chave

Casais em Segunda União Marital. Terapia de Casais. Aconselhamento Pastoral.

Abstract

The processes of secularization which the country has undergone have made visible progress in the number of couples who separate and return to live in marital union. This situation does not reduce their willingness and desire to join a community of faith. Thus it causes a climate of pastoral need in order to assist these couples, who are in hard and sometimes very delicate and conflicting conditions. Therefore, every day we see the creation of pastorals that are ready to walk together and provide the Gospel service of solidarity with the couples on a second marriage. In this task, this paper attempts to point out some possibilities for therapeutic help, talking to couples therapy in an analytical way and pastoral counseling, referencing also the position of the Roman Catholic Church and its pastoral guidelines.

Keywords

Couples on a second Marital Union. Marriage Counseling. Pastoral Counseling.

Introdução

O presente artigo busca dar uma singela contribuição à discussão a respeito do tema casais em segunda união, analisando e propondo alguns caminhos factíveis ao trabalho de aconselhamento pastoral com casais ligados à Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) em segunda união marital. Sabe-se que essa tem sido uma situação reconhecida no seio da ICAR para além de uma simples falta de coerência ética ou moral, mas, muitas vezes resultado de fatalidades e situações que transcendem o simples querer, sem relegar a segundo plano a própria imaturidade dos nubentes, levados por situações contextuais ou de ordem subjetiva, cultural ou mesmo religiosa muito mais

do que a simples reflexão do significado do que seja o matrimônio dentro da tradição católica.

Constitui desafio à ICAR realizar o acompanhamento pastoral de famílias constituídas em segunda união marital. Para tanto, uma pastoral que busque entender as discrepâncias e as vicissitudes que rondam o matrimônio é de fundamental importância na elaboração de parâmetros que balizem um tipo de aconselhamento concorde à situação vivenciada por estes casais. Algo que responda de maneira coerente e não necessariamente definitiva à situação de equívoco e fatalidade que, por vezes, são cometidos os casais, mas antes de tudo que responda às exigências do evangelho da graça de

Jesus e que não macule a seriedade do modelo matrimonial defendido pela tradição da ICAR.

Aconselhamento de casais em segunda união

O trabalho de terapia e de aconselhamento pastoral são partes de uma mesma estrutura histórica e teórica que surge na modernidade e ganha espaço cada vez maior entre grupos religiosos, pois é uma constante da própria história das igrejas cristãs o trabalho de cuidado pastoral. No intuito de bem especificar os instrumentos de operação analítica e de verificação teológico-pastoral, a conceituação é fundamental antes de se proceder aos possíveis modos de cuidado pastoral com casais em segunda união.

Christoph Schneider-Harpprecht argumenta que o termo “aconselhamento pastoral” é uma forma de interpretar a prática existente nos Estados Unidos da América do Norte que leva o nome de “pastoral counseling”.¹ No século XX, esse tipo de prática esteve em alta, embora o termo fosse considerado problemático. No entanto, Schneider-Harpprecht considera que é melhor permanecer com a terminologia “aconselhamento pastoral” e encarar suas limitações e possibilidades. O termo “aconselhamento pastoral” tem sido indicado como reflexo de um tipo de relação que limita a ação do indivíduo e favorece um tipo de “poder pastoral”. Longe de negarmos que isso realmente possa ocorrer, parece que se trata de uma crítica que desconhece os amplos fatores e a própria história da exegese bíblico-teológica moderna.

O mais eminente crítico dessa postura pastoral foi o filósofo francês Michel Foucault em seus últimos trabalhos, *História da sexualidade III* e a *Hermenêutica do sujeito*.² Nesses trabalhos, Foucault critica a postura de certos grupos da antiguidade

greco-romana de transformarem o princípio central hipocrático do “cuidado de si” em periférico e o conceito periférico do “conhece-te a ti mesmo” em central. Segundo ele, houve uma inversão nos conceitos por conta da maneira que se começou a lidar com a própria corporeidade. Neste mesmo período, quando a Igreja Cristã estava em seu período embrionário, esse tipo de raciocínio se encaixou providencialmente com as formas de entender a prática pastoral de então, realizando-se assim uma nova releitura do princípio “conhece-te a ti mesmo” em detrimento da corporeidade, pois se justapõe a racionalidade cerebral (abstração) ao equilíbrio homeostático o qual se torna indiferente aos dilemas eminentemente corporais; a racionalidade ganhou mais notoriedade na maneira de lidar com os dilemas existenciais relativos ao corpo. As reações corporais passaram a ser dominadas como sendo algo negativo. A filosofia estoica e certas tendências cristãs (exemplo: ermitãos) são representativas deste período.³

Foucault desenvolve sua análise das transformações no conceito da tradição médica grega antiga, considerando que em vez de haver uma problematização das questões, como era a praxe grega antiga, na Idade Média passa-se a ter uma ingerência sobre ações consideradas não saudáveis de instituições que vigiam e agem sobre os corpos das pessoas que não andam conforme a “normatividade”. Na antiguidade, não existia uma instituição que vigiava a vida dos cidadãos, embora os conselhos a respeito do melhor andamento da vida social do grupo fossem negativos a determinadas práticas.⁴

* Este artigo faz parte de minha pesquisa de mestrado profissional realizada na EST, sob a orientação da professora Valburga Streck.

¹ SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph. Aconselhamento pastoral. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph (Org.). *Teologia Prática no contexto da América Latina*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Aste, 1998.

² FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 10. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2009. FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

³ TILLICH, Paul. *A coragem de ser*: baseado nas conferências Terry pronunciadas na Yale University. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. p. 28-45.

⁴ Foucault cita a prática do amor entre homens mais velhos e homens mais jovens, o que hoje se designa como relacionamento homoafetivo, como exemplo de problematização. Segundo ele, haveria na antiguidade uma forma de trabalhar com essa questão que passava pela “problematização”, e não necessariamente pela proibição institucional, o que acarreta – na história do Ocidente judaico-cristão – a penalização sumária, em muitas ocasiões. Essa problematização considerava muito mais a capacidade de reflexão das pessoas e nem tanto a penalização. A sobrevivência social do grupo era o grande objetivo da problematização, pois as relações entre homens não redundaria em procriação e em

A análise de Foucault é relevante e toma da prática efetiva de muitos curas d'almas a inefetividade da prática pastoral concernente aos postulados da fé cristã. Steinkamp avalia que a não operação dos princípios evangélicos da ajuda aos outros e da autoajuda é que levantam críticas como as de Foucault, as quais devem ser levadas a sério. É fato que a função pastoral tomada equivocadamente como diretriz ideológica e teológica do “rebanho” pode redundar em dominação pastoral. Cabe, no entanto, como aponta Steinkamp, lembrar que Foucault trabalha com idealidades e tipos verificáveis muito esparsos, pois a documentação da antiguidade não é suficiente para mostrar que evidentemente essa era a prática efetiva de lidar com as questões “problemáticas”. Além disso, Foucault desconheceu, e se teve conhecimento, não as considerou, as pesquisas exegéticas que pululavam no início do século XX a respeito das práticas e da teologia das comunidades primitivas, segundo as quais existiam formas originais de resistir ante os desmandos das classes abastadas do Império e de existência da camada pobre da população, em geral, do mundo greco-romano.⁵ Steinkamp diz que o termo artificial “poimênica” (ciência do agir do líder religioso cristão) tomou efetivamente o lugar da prática de cuidado de si, que nas comunidades primitivas era algo mais na direção da diaconia, e que na prática moderna é aquilo que Foucault indica como saber-poder, ou seja,

o pastor sabe o que melhor serve à salvação das ovelhas, ou, melhor ainda, à salvação de cada uma delas. Ele adquire esse conhecimento não pelo fato de o descobrir junto com o cliente, como p. ex., na anamnese médica, no processo de consulta do advogado ou no início de uma terapia, mas sim porque,

protagonização masculina na pólis, a qual tinha no lar o primeiro lugar de atuação do homem livre e responsável pelos interesses do grupo. O homem que quisesse ser um bom cidadão da pólis tinha que primeiro cuidar de si, isto é, cuidar de seu lar, isso incluía suas obrigações para com a esposa. FOUCAULT, 2009, p. 177.

⁵ Pesquisas exegéticas que buscam mostrar a importância da efetiva construção de sentido, para além da morte e da não-existência diante de um sistema pautado na hierarquia de nascimento e de nobreza, podem ser citadas os trabalhos de BULTMANN, Rudolf. *Jesus*. São Paulo: Teológica, 2002.

como pastor, sabe por causa de sua incumbência, por assim dizer *a priori*.⁶

Trata-se de um saber por parte de alguém que ganha de uma instituição, o Estado, a incumbência de tratar de questões que estão além da opinião das pessoas portadora de uma determinada problemática. Na modernidade, as pessoas entregam para especialistas a tarefa de analisar determinada questão relacionada à sua vida e, a partir daí, tomar medidas que venham a solucionar seus problemas. Nesse sentido, o poder pastoral seria uma dentre muitas das funções que as pessoas passaram a entregar aos especialistas. O problema neste esquema é que existem questões relacionadas a estes processos que deveriam ser discutidos e não tomadas *a priori* como certas.

Schneider-Harpprecht conclama que a tarefa do aconselhamento pastoral deveria ser da própria vida orgânica das comunidades, e não tarefa simplesmente outorgada para especialistas. Para ele, o aconselhamento deveria acontecer em todo lugar que pessoas aprendem a conviver conversando sobre suas dificuldades, quando elas “participam do discurso público e particular e comunicam-se sobre as dificuldades no grupo familiar, no trabalho, na Igreja ou congregação religiosa, nas diferentes relações sociais nas quais estão inseridas”.⁷

Considera o autor que essa tarefa necessita ser realizada como uma prática interdisciplinar que reflita a relação da vida cotidiana com outros âmbitos da existência em comunidade, bem como na relação dinâmica com outras ciências humanas como psicologia, psicoterapia, teoria da comunicação, sociologia, antropologia e história. Ele considera o aconselhamento pastoral na perspectiva da tradição psicanalítica: “[...] o aconselhamento pastoral é uma forma específica de discurso humano no contexto da Igreja inserida numa determinada sociedade, cultura e tradição”,⁸ segundo a qual existem regras para sua elaboração. Enfim, o aconselhamento pastoral é a forma de ajuda aos outros e de autoajuda que considera

⁶ STEINKAMP, Hermann. A relação entre cuidado de si e cuidado dos outros. *Estudos Teológicos*, v. 39, n. 3, p. 271-290, 1999. p. 278.

⁷ SCHNEIDER-HARPPRECHT, 1998, p. 292.

⁸ SCHNEIDER-HARPPRECHT, 1998, p. 292.

fundamentalmente a fala e a reflexão a partir do princípio da fé cristã que busca dar autonomia à pessoa e superar dilemas pessoais.

Terapia de casal

A terapia de casal, ou terapia familiar, está também ligada à psicanálise. Considera-se a análise do “Pequeno Hans” (1909), realizada por Freud, o ponto de partida dessa prática clínica.⁹ Clarence Oberndorf produziu o primeiro relatório a respeito da temática em 1931, concluindo que casais possuíam “neuroses interconectadas e são melhor tratadas em conjunto”.¹⁰ A terapia familiar decorre da tentativa de resolver problemas sociais ligados aos desenvolvimentos das subjetividades e suas implicações práticas na vida cotidiana. Após a II Guerra Mundial, constatou-se um elevado nível de problemas dessa natureza, o que permitiu um variado e complexo avanço nas formas de tratar os problemas de ordem familiar. A cronicidade de questões relacionadas à superlotação de asilos, à “courage narcisística e psicótica” e aos problemas de relacionamentos fez com que um número considerável de estudiosos focasse seus trabalhos no ambiente familiar na tentativa de encontrar vieses que pudessem ajudar nesses dilemas. Na década de 1950, a terapia familiar marca a história como prática que busca tratamento dirigido à totalidade do grupo concreto de maneira metodológica, as aproximações teóricas acerca das abordagens da família e dos próprios terapeutas. Muitos são os meios e as propostas.

A partir das décadas de 1960 e 1970, multiplicam-se as tendências de atendimento terapêutico. Muitas correntes não analíticas surgem aos montes como: abordagem estrutural, abordagem estratégica, abordagem comunicacional no núcleo da Escola de Palo Alto, abordagem transacional, abordagem antipsiquiátrica, abordagem da Escola de Milão, entre outras. Esse movimento concorre paralelamente ao próprio processo de deslocamento que inicia a cisão entre

psiquiatria e psicanálise, que redundará na atual abordagem de *ativismo técnico medicamentoso*.¹¹ Ainda em 1967, na Escola de Palo Alto, têm início os trabalhos no Centro de Terapia Breve do Mental Research Institute (MRI). Esse tipo de trabalho procurava dar respostas rápidas aos problemas em 10 sessões. Os trabalhos iniciaram a partir das investidas na área da comunicação humana, tendo em vista a solução de questões ligadas à psicoterapia com pessoas que apresentavam quadros de esquizofrenia, em 1952, encabeçados por Gregory Bateson.¹²

Rejeitando as práticas ativas e comportamentais, muitos terapeutas confiaram no potencial da teoria freudiana e deram continuidade aos modos mais analíticos de terapia, pois a autocompreensão nessa perspectiva é *pedra de toque*. Assim, por terapia familiar – de casais – poder-se-ia apontar como um favorável quadro teórico-conceitual a “teoria de um grupo imaginário aplicada ao funcionamento fantasmático inconsciente compartilhado pelos membros da família”.¹³ Esta possui aquelas características psicanalíticas da terapia familiar imprescindível para a elaboração metodológica, a saber: regularidade e deferência na utilização de um *enquadre* estável; qualidade da comunicação verbal do terapeuta e interpretação dinâmica das estruturas simbólico-fonéticas; e ênfase nos fenômenos de *transferência coletiva* como a efetiva esfera de surgimento do vínculo afetivo no desenvolvimento psíquico.

Ruffiot define a terapia familiar de tendência psicanalítica como

uma terapia, pela linguagem, do grupo familiar como um todo [...]. Ela visa à autonomia dos psiquismos individuais de cada um dos membros da família, através da reatualização – graças à transferência – do modo mais primitivo da psique e da circulação fantasmática no aparelho psíquico grupal-familiar.¹⁴

⁹ EIGUER, Alberto. *Um divã para a família: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. p. 15.

¹⁰ NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C. *Terapia Familiar: conceitos e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 47.

¹¹ NICHOLS; SCHWARTZ, 1998, p. 47.

¹² HINTZ, Helena C.; SOUZA, Marli O. A terapia familiar no Brasil. In: OSÓRIO, Luiz C.; VALLE, Maria Elizabeth P. *Manual de Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 92.

¹³ EIGUER, 1985, p. 18.

¹⁴ EIGUER, 1985, p. 18.

Concebe-se como objeto teórico da terapia familiar o estudo, e sua conseqüente interpretação, dos quadros psicossociais familiares que formam a atmosfera simbólica de atuação de cada membro atuante em uma determinada família como: amor conjugal, amor filial, amor fraterno e também dos papéis sexuais definidos *a priori* em um encadeamento lógico-social de seus equívocos, distorções simbólicas, representações fantasmáticas das questões transgeracionais, pelos mitos e por suas imagens que podem intimidar e impor certas questões, tendo-se o silêncio como indicador de disfunção.

A terapia analítica de casais em segunda união

A importância dos cônjuges se tornarem conscientes de suas diferenças tipológicas para se compreenderem melhor é fundamental na terapia de casais, pois nesta forma de terapia “libertar os membros da família das restrições inconscientes, de tal forma que eles sejam capazes de interagir um com o outro na base das realidades atuais e não imagens inconscientes do passado”, é a pedra de toque.¹⁵ Na terapia de casais em segunda união, poderiam ser elencados alguns elementos fundamentais a serem seguidos na atuação do cuidador: os elementos teóricos e a metodologia. Os temas elencados pela teoria são muitos, porém, à guisa de compreensão do caso relacionado à vida eclesial, poderiam ser observados os seguintes: 1) vergonha e culpa; 2) mitos do matrimônio; 3) legalismo; e 4) significação libidinal. Já a questão metodológica resumir-se-ia no seguinte: 1) a demanda; 2) a técnica; 3) e a interpretação.

Vergonha e culpa

A vergonha e a culpa têm sido temas importantes na história da psicanálise. É fundamental na apreciação de Freud a respeito de toda a estruturação do inconsciente.¹⁶ A filosofia se dedicou muito ao tema durante o século XIX. Friedrich Nietzsche, Sören Kierkegaard e Arthur Schopenhauer, dentre outros, dedicaram-se a

entender o sentimento de culpa. Na tradição alemã, a culpa parece ter tido importante relação o desenvolvimento da ideia de angústia, tão importante para a psicologia e para a filosofia, pois ambas têm origem na tradição latina uma vez que culpa e angústia estão ancoradas na percepção do termo latino *angere*, o qual significa apertado, sufocado, limitado. Daí a ideia de aperto no peito ser designado por angústia.¹⁷

Se inicialmente o que chamou a atenção de Freud para a questão da culpa foram os sintomas neuróticos, é a desproporção que observa entre a culpa e as ações cometidas, como nos casos de “criminosos em conseqüência do sentimento de culpa”, que faz com que vá buscar fora dos limites estritos de seu campo as origens dessa culpa que supõe universal, ou seja, nas origens da humanidade, na origem da cultura ocidental. Em seu texto de 1915 a respeito das “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, Freud se refere ao “obscuro sentimento de culpa a que a humanidade tem estado sujeita desde os tempos pré-históricos e que em algumas religiões foi condensado na doutrina da culpa primal, ou pecado original”,¹⁸ em que reconhece algo de extremamente importante, que não pode ser desprezado, isto é, certa ontologia da culpa.

De acordo com Stierlin, os autores que buscam trabalhar a ideia de vergonha postulam que se trata de um poderoso “sentimento de inferioridade”; o rebaixamento da autoestima é tão profundo que a pessoa desejaria ser tragada pela terra. Esse sentimento seria o contrário do orgulho e do triunfo, os quais se constituem por percepções, muitas vezes, equivocadas. A vergonha surge da derrota na competição, da repulsa e da sensação de haver perdido o autocontrole.¹⁹ Trata-se do sentimento advindo do não alcance do tipo ideal. Já a culpa surge quando invejamos uma situação ou alguém, diante do reconhecimento inconsciente da

¹⁵ NICHOLS; SCHWARTZ, 1998, p. 229.

¹⁶ FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. In: FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

¹⁷ CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1998. Verbete: Angústia. p. 52.

¹⁸ FREUD, Sigmund. Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 331.

¹⁹ STIERLIN, Helm. *Psicoanálisis y terapia*. Barcelona: Içaria, 1979. p. 186.

transgressão no nível da psique. Assim, a culpa, substanciada pela angústia, provém da transgressão, e a vergonha, do fracasso.²⁰

Os matrimônios, quando encarados a partir da idealização, e quando de sua não realização, acabam implicados em culpa e vergonha. Culpa porque muitos casais – geralmente uma das partes – se sentem culpados por não conseguirem dar conta de supostas obrigações exigidas, e vergonha porque tal situação os coloca sob restrições na vida comunitária, não podem comungar antes que seja verificada como foi sua participação no processo, para exemplificar. Muitas pessoas quando abandonadas tendem a assumir um sentimento de culpa relacionado à questão, sendo real ou não. Geralmente, esses sentimentos podem surgir por meio do incentivo equivocado dos mitos do matrimônio, os quais são encarados, via de regra, a partir dos modelos burgueses românticos.

Mitos do matrimônio

Os mitos do matrimônio são muitos. Partem geralmente da percepção idealizada das relações humanas. Podem se fundamentar em ideias sem fundamento científico, como por exemplo: das diferenças “naturais” entre os homens e as mulheres. Homens são mais racionais e mulheres mais afetivas, dizem os manuais de autoajuda.²¹ De fato, as diferenças existem, porém, não são naturais. São construídas pelas sociedades de cada tempo. São questões que surgem e que podem ser reelaboradas por meio da conversação crítica e analítica. Isso implica reconhecimento e paciência. Essas construções idealizadas estão na base das relações maritais e das relações em geral, pois a maioria das pessoas não busca refletir criticamente.

Os tipos de comportamento relacionados ao matrimônio podem ser enumerados assim: idealização do relacionamento, isso implica idealização do que o parceiro é ou pode ser; não

crer que o cotidiano é uma força poderosa no esfriamento das paixões; imaginar que o parceiro possa pensar de maneira semelhante no que diz respeito aos detalhes culturalmente específicos, por exemplo: notar detalhes, ter ouvidos e somente suportar a fala do parceiro sem tentar resolver racionalmente a questão; não perceber que o grupo social exerce vigilância cultural sobre o casal (amigos, familiares, filhos); o não reconhecimento da diferença, a não percepção dos espaços e tempos que cada um dos cônjuges necessita de vez em quando.²²

Esses mitos podem causar uma enganosa sensação de onipotência com respeito aos verdadeiros limites psicossociais da família. Os prazos temporais e os limites de realidade passam a ser dilatados irrealisticamente, isto é, o nível de inteligência emocional, até onde pode ir o casal, é alargado de forma contraproducente, conduzindo a pequenas fraturas cotidianas que acabam por romper em definitivo com o passar do tempo. O descuido com o cotidiano é um dos maiores problemas dos casais que não cultivam a boa relação, isto é, o respeito, a tolerância, a vida social regrada (atividades centradas nos interesses do casal), entre outros.

Legalismo

Na vida cotidiana de pessoas envolvidas com a prática comunitária, um dos perigos que rondam a vida conjugal é a legalidade. A exigência legalística de uma das partes do casal pode conduzir à opressão e ao molestamento libidinal. A exigência acima da prática da reciprocidade é muito comum afetar a vida dos casais cristãos, independente da confessionalidade. A exigência do juramento “até que a morte os separe” pode, muitas vezes, se tornar opressora. A legalidade é compreendida de forma equivocada, pois no matrimônio há a legalidade recíproca. A distorção do sentido do matrimônio é um dos motivos da dominação masculina. O matrimônio é uma aliança (*foedus*) de partes postas em situação equânime. A mulher não pode ser compreendida como objeto, ou um meio para um fim. Santo Tomás de Aquino já dizia na

²⁰ STIERLIN, 1979, p. 186.

²¹ Um exemplo de literatura de autoajuda que transmite a respectiva ideia de diferenças entre os gêneros a partir da divisão entre razão e emoção é o clássico livre de GRAY, John. *Homens são de Marte, Mulheres são de Vênus*: um guia prático para melhorar a comunicação e conseguir o que você quer nos seus relacionamentos. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

²² BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 16.

Idade Média que a lei natural e a revelação mostravam que a ética implicava a compreensão consequente da lei e não a sua aplicação rígida, pois isso a tornava algo tirânico.²³

O perigo do legalismo reside no fato (de consequências nefastas, infelizmente) de que os cônjuges que exageram nas obrigações que o outro necessita cumprir, não se percebendo também na exigência de mútua cumplicidade, ao privilegiarem o legalismo, mandam para o âmbito do inconsciente todo o seu sentimento moral-religioso inato. O sentimento moral se torna lei, porém, somente para o outro. Suas mazelas são encaradas, por vezes, por *mea culpa* que busca suavizar as exigências desproporcionais.

Sabe-se que em todos os tipos de relacionamento humano estão subentendidos variados graus de conflitos. A relação conjugal, como modelo adulto de intimidade, condensa expectativas de satisfação de muitas necessidades construídas e oriundas de relações complexas (heranças de espécimes, de conotações sociais, e de constituição afetiva com a mãe e com o grupo imediato) e que armazenadas ao longo dos anos, ressurgem vez e outra com a esperança de, na interação com o parceiro, advir a redenção por meio da realização libidinal e psicoafetiva. Tal fenômeno torna complexo o matrimônio, isto é, o fato das pessoas atribuírem ao outro e à própria relação a condição de resolver suas necessidades internas, muitas vezes contraditórias.

Uma das prováveis situações promovedoras da legalidade na relação conjugal pode ser compreendida por meio da organização fantasmática da família, ou seja, os três organizadores dos processos de maturação de uma pessoa: *a escolha do parceiro, o eu familiar e a interfantasmaticização*. O primeiro está referido ao processo de escolha do parceiro para o matrimônio com uma pessoa fora do grupo familiar, é a proibição do incesto e a valorização do Édipo, conforme Freud. O segundo se refere ao *habitat*

interior, ao sentimento de pertença e o ideal do ego familiar. O terceiro está alocado na questão do fantasma do inconsciente da cena primitiva.

O fantasma é, ótica individual, o elemento que liga representações inconscientes, pré-conscientes e conscientes. Ele traduz, num movimento de retorno, a presença do recalcado, dando-lhe contudo uma dimensão transformada, fantasiosa e melhor aceita pelo ego. É o caso do romance familiar, que traduz no presente uma antiga idealização dos pais, tal qual concebida durante o início da primeira infância.²⁴

Esse tipo de fantasma é uma forma ontológica do ser humano se associar por meio de modos semelhantes, naquilo que diz respeito à presença dos ditos fantasmas originários, ou seja, intrauterino, de cena primitiva, de castração e de sedução. É uma dimensão filogenética (origem comum das estruturas profundas do ser humano) nas estruturas humanas.

Significação libidinal

Na obra “Além do Princípio de Prazer”, Freud constatou que a estrutura do inconsciente lida de maneira a evitar aquilo que é desprazeroso e a produzir aquilo que é agradável, isto é, não desagradável:

Na teoria da psicanálise não hesitamos em supor que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, ou seja, acreditamos que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer. Levando esse curso em conta na consideração dos processos mentais que constituem o tema de nosso estudo, introduzimos um ponto de vista ‘econômico’ em nosso trabalho, e se, ao descrever esses processos, tentarmos calcular esse fator ‘econômico’ além dos ‘topográficos’ e ‘dinâmicos’, estaremos, penso eu, fornecendo deles a mais completa descrição que poderemos atualmente conceber, uma

²³ SAVIAN FILHO, Juvenal. O Tomismo e a Ética: uma ética da consciência e da liberdade. *Bioethikos*, v. 2, n. 2, p. 177-184, 2008. Disponível em: <<http://www.saocamilosp.br/pdf/bioethikos/64/177a184.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2011.

²⁴ EIGUER, 1985, p. 45.

descrição que merece ser distinguida pelo nome de 'metapsicológica'.²⁵

A questão posta é de que determinadas pessoas apelam para certo legalismo porque a angústia as impele a uma *evitação*, conforme Freud, isto é, exigem do parceiro aquilo que elas entendem que não as deixará em estado de desprazer. Para tanto, há um nível de ansiedade que as instiga a agir de determinada maneira a impedir o desconforto, pois as relações no interior da existência fantasmática irrompem, em muitos casos, de forma equivocada, o que torna a vida de um dos cônjuges uma constante preocupação (angústia). Esse nível descontrolado pode conduzir a relação familiar ao estresse. É a preexistência fantasmática, isto é, os vínculos libidinais de filiação parental que dão coesão à existência familiar. A conhecida frase de Freud: "não se faz jamais amor a dois, mas a 4, a 5: com o pai do sexo oposto de cada parceiro; o 5º é a criança",²⁶ aponta para a ideia da coesão familiar em pautas muito antigas, segundo as quais a ordem familiar tende a se reproduzir. É neste sentido que os vínculos libidinais se formam e são distinguidos, pois enquanto não são intercambiáveis seus limites, em nível consciente, são prescritos no interior do vínculo de aliança com base na filiação e consanguinidade.²⁷

Metodologia

A demanda implica um olhar teórico. A escolha de como se olhará para um determinado aspecto de um fato ou objeto, determina-se pela teoria. A demanda aqui é a relação de casais em segunda união na vida comunitária, especificamente católico-romana. Suas preocupações e angústias com respeito à participação nos serviços comunitários os conduzem a buscar ajuda na pastoral, assim o aconselhamento pastoral ganha tarefa relevante no cuidado com as famílias que passam por situações de exclusão comunitária.

A compreensão dialética na terapia familiar de casais é imprescindível. A inter-relação

psicodinâmica complexa caracteriza o nível de abordagem dos problemas do casal em questão. O que caracteriza essa abordagem é o constante reajuste do enfoque cognoscitivo cujas definições são provisórias, o que ocorre a partir de distinções e conceitos estabelecidos como: consciente/inconsciente, psíquico/somático, indivíduos/interação, enfermo/saudável, real/irreal. Os conceitos se fluidificam no curso do aconselhamento, pois as qualidades e posições de poder no seio familiar podem ir se realocando à medida que novos horizontes vão surgindo no decorrer do processo.²⁸

A demanda é uma força histórica real. O que foi estabelecido, seja por qualquer motivo, está a exigir dos casais que estão em segunda união, ou mais, uma resposta existencial para o problema concreto, qual seja, a exclusão de determinados serviços comunitários, fundamentalmente da comunhão eucarística. A distinção entre estruturas verticais e horizontais revela a tensão entre o historicamente constituído e a atualidade aberta para o futuro, isto é, a esperança de que é possível recomeçar.

Nuestros impulsos, motivaciones y actitudes más profundas se demuestran como la consecuencia y la expresión de un acontecer familiar que trasciende las generaciones. Este reconocimiento podría desencadenar la resignación terapéutica. De modo paradójico, sin embargo, no pocas veces nos abre precisamente las posibilidades de un nuevo comienzo, del cambio de orientación decisivo y, por consiguiente, de una actitud terapéutica coherente aquí y ahora.²⁹

O conflito entre o historicamente construído e a abertura ao futuro ocorre por processos e padrões encobertos aos membros da família. Estes são, em parte, conscientes dos mecanismos que funcionam para além do cognoscível. Este tipo de abordagem permite que uma terceira pessoa os ajude a perceberem certos processos cíclicos, e certas tentativas não conscientes de rearranjar a relação. Tal se dá por meio da conversação.

²⁵ FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. In: FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 17.

²⁶ FREUD *apud* EIGUER, 1985, p. 51.

²⁷ EIGUER, 1985, p. 55.

²⁸ Stierlin argumenta que a dialética hegeliana é fundamental nos processos inerentes de inter-relação psicodinâmicas complexas. STIERLIN, 1980, p. 32.

²⁹ STIERLIN, 1980, p. 35.

Técnica

A técnica de conversação não é um fim em si, mas um caminho dentre outros previstos teoricamente. Sua importância é fundamental. A captação das questões ultrapassa a pergunta pelos porquês internos de cada indivíduo, mas alcança o sistema familiar na tentativa de perscrutar como se tratam as pessoas mutuamente. As perguntas diretrizes no aconselhamento pastoral de viés analítico são de suma importância. Perguntas como: se condicionam mutuamente as perturbações e os conflitos dos distintos membros da família? Estão condicionadas as virtudes e as limitações em relação ao nível de participação e individuação do casal na percepção valorativa da vida comunitária? Os valores internos passam pela compreensão doutrinária eclesial? São discutidas as questões morais relacionadas aos valores religiosos do casal, e elas incidem efetivamente sobre seu cotidiano? A exclusão doutrinária pesa concretamente por sobre a compreensão existencial do casal e dos filhos, os quais podem vir a acompanhar a mãe ou o pai na nova relação? Que processos de realimentação mantêm vivo, em cada caso, um determinado comportamento, de modo que seja criado um movimento em espiral de circularidade patológica, de reciprocidade negativa?

A conversação como dispositivo de investigação do sistema familiar proporciona a compreensão do indivíduo como uma mônada. Isto é, um sistema menor que está integrado em um sistema maior.³⁰ A família não é um agregado de pessoas simplesmente correspondendo a uma lógica reprodutiva, antes, é um agregado complexo no qual atuam desejos individuais em face de interesses grupais, dialeticamente. Portanto, uma maneira interessante de perceber a situação é seguir os seguintes passos:

- a) Ver o que ocorre: sondar a situação na tentativa de sistematizar a cena no intuito de compreender as relações apresentadas. Trata-se de verificar se o dito se encaixa com o não dito;
- b) Participar como observador: implicaria tentar ser um diretor de cena e um observador participante ao mesmo tempo. Como diretor de cena cumpriria conduzir o processo de maneira dinâmica, onde

existisse o perigo de se desviar do roteiro, daria o comando para voltar à cena. Como observador participante cumpriria proteger os participantes de eventuais sentimentos destrutivos que podem se expressar. Muitas vezes, esses tipos de conversação possibilitam que energias reprimidas venham à tona;

- c) Empatizar-se ao sistema, e depois desprender-se: é um processo dialético de entrar empaticamente no mundo investigado e aconselhado, e depois saber abstrair-se para poder enxergar melhor os processos. A não afetação no aconselhador pelo sistema causa distância epistêmica, o que impede olhares mais intensos;
- d) Não perder de vista o positivo: significa isso não deixar que o negativo se torne a tônica da conversa, permitindo que coisas positivas também venham para a superfície. A exclusão da comunhão, por exemplo, como artefato da realidade não pode ser a única forma de se entender a situação;
- e) Cuidar com os processos de transferência: a transferência é a problemática familiar transferida inadequadamente para o aconselhador. Freud trouxe essa questão para a cena psicanalítica ao perceber que os pacientes transferiam – por vezes – a violência de seus objetos inconscientes para ele.³¹ Por isso, também no aconselhamento é possível que os aconselhados transfiram para o aconselhador questões vivenciadas por eles. Questões simples podem aparecer como, por exemplo, exigir do aconselhador que ele não pode ajudar porque não está no lugar do casal em segunda união, o que acarreta exclusão de grande parte dos sacramentos. Ou ainda ver no aconselhador um representante do sistema que os exclui.

Interpretação

A interpretação em psicanálise significa que “tudo o que é dito mantém encoberto um vestígio de não-dizer, resíduo inexprimível do trauma”.³² A invenção teórica do inconsciente, por Freud, afirmou de maneira iluminista a categoria do desconhecimento do sujeito em relação a si mesmo e à realidade profunda em que sua história psíquica está fundamentada. Por esse motivo, a interpretação sempre esteve no primeiro plano da técnica psicanalítica. É herança da retomada hermenêutica daquele contexto de fins do século XIX. Winnicott definiu a arte de interpretação psicanalítica da seguinte forma:

³¹ STIERLIN, 1979, p. 219.

³² NUNES, Tiago R.; FERREIRA, Renata W. G.; PERES, Wesley G. A suspeita em Freud: o estatuto da interpretação em psicanálise. *Psico*, v. 40, n. 4, p. 443-448, out./dez. 2009. p. 444.

³⁰ STIERLIN, 1980, p. 65.

a palavra “interpretação” implica que estamos usando palavras e há uma aplicação maior que é que o material trazido pelo paciente é verbalizado. Na sua forma mais simples há uma regra básica, que ainda tem força, apesar de muitos analistas jamais instituírem seus pacientes nem mesmo em relação a este detalhe. Após mais de meio século da psicanálise os pacientes sabem que se espera deles que falem o que vem à cabeça sem reprimir nada. Também é reconhecido hoje que grande parte da comunicação do paciente para o analista não é verbalizada.³³

A interpretação, em Freud, surge referida ao *Significado* (Bedeutung). Para Freud, a interpretação se relaciona com a determinação dos significados possíveis. Assim, toda a *Interpretação dos Sonhos* (Traumdeutung) está baseada na indicação do *Significado* (Bedeutung) inconsciente dos sonhos. Do mesmo modo, tudo aquilo que se realiza sob as formas dos atos-falhos, chistes e sintomas pode ser trazido à luz através do procedimento interpretativo.

O objetivo da interpretação dos sonhos ou de qualquer outra manifestação comunicativa deve incluir um sentimento que o aconselhador tem de que a comunicação foi feita, o que requer a confirmação de sua parte. Esta é talvez a parte mais importante de uma interpretação, mas este simples propósito frequentemente está escondido entre muitas outras questões, como por exemplo, instruções a respeito do uso de símbolos. Não é salutar que a interpretação do aconselhador dos atos de comunicação, sejam eles a fala, os sonhos, os atos falhos, os chistes, embarque em uma atitude iluminista do que é mais correto e mais coerente aos aconselhados. No momento em que o aconselhador embarca neste tipo de atitude de interpretação, na qual os aconselhados não participam da construção dos significados, mesmo que eles tenham dificuldades em os perceber, pois estão envolvidos visceralmente a eles, pode acontecer de haver certas resistências, ele perde chão sólido e fica em uma área perigosa, em que ele

usa suas próprias ideias, e isto pode estar errado do ponto de vista do paciente nesse momento.³⁴

Winnicott afirma que de uma “forma mais simples o analista devolve ao paciente o que este lhe comunicara”.³⁵ A interpretação psicanalítica deve ser capaz de produzir furos, abrir espaço para que o sujeito seja confrontado com os seus ditos. Suas palavras devem ser colocadas em moldes analíticos que permitam ao seu enunciador se dar conta da profundidade daquilo que elas trazem.

A interpretação ganha na vida comunitária a possibilidade de se fazer mais rica e profunda. A interpretação do que ocorreu no casamento anterior é fundamental para que, na união presente, os erros de antes possam ser evitados ou amenizados. Nesse sentido, a interpretação da vida comunitária como um todo é imprescindível para que o casal se sinta acolhido. A interpretação pode fazer com que a compreensão do sacramento – como algo muito mais amplo e sistêmico – se alargue, mesmo que, infelizmente, falte uma dimensão fundamental, a participação na eucaristia, por exemplo, o grande mistério da *Eucaristia* seja percebido na vida comunitária presente. Isso é importante, como é importante que o aconselhador aponte caminhos à comunidade paroquial e permita que os irmãos e irmãs levem tais pessoas a sentir que, se por um lado, devemos respeitar a indissolubilidade do sacramento e, por outro, que amemos as pessoas que sofrem também por nós.

A solidariedade é de extrema importância em uma pastoral dessa natureza. A percepção da dimensão do sofrimento, pelo não cumprimento do sacramento, implica autocritica sob a graça de Deus, e não exclusão legalística que signifique o afastamento comunitário. Justamente a estes casais, o aconselhador pode conduzir a conversação para os aspectos positivos do testemunho de fé, a fim de que saibam que no momento em que se percebe a indissolubilidade do matrimônio, não é o fracasso ou a inconsequência da avaliação na escolha e decisão matrimonial, ou mesmo a fatalidade, a qual pode ocorrer por muitos motivos, que afastará o casal da comunhão eucarística, mesmo não havendo participação nos elementos, pois a

³³ WINNICOTT, Donald W. *A Interpretação em Psicanálise*. Disponível em: <<http://www.meucci.com.br/wp-content/uploads/2010/08/Winnicott-A-interpretacao-naPsicanalise.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2011.

³⁴ WINNICOTT, 2011.

³⁵ WINNICOTT, 2011.

eucaristia é algo muito mais abrangente do que o elemento consagrado.

O casal que busca auxílio pastoral pode participar de maneira efetiva do caminho comunitário. As atividades de formação de casais, os grupos de oração, as obras de caridade, a prática da justiça, o diálogo em família, a participação na *Santa Missa* com amor fraterno, de modo particular no momento da *consagração*, pois é nesse momento que Jesus é vivo e presente, ele ultrapassa os elementos e se faz presente nos corações dos crentes. A plenificação de sua presença não implica deixar de afirmar que a segunda união está na contra-mão do que é ideal, mas também não implica a exclusão da comunhão mística do Cristo. O próprio Papa Bento XVI afirma:

uma Eucaristia sem a comunhão Eucarística não é certamente completa, pois lhe falta algo essencial. Todavia, é também verdade que participar na Eucaristia sem a comunhão Eucarística não é igual a nada, é sempre um estar envolvido no mistério da Cruz e da ressurreição de Cristo. É sempre uma participação no grande Sacramento, na dimensão espiritual, pneumática, e também, eclesial, se não estreitamente sacramental.³⁶

Desta forma, a interpretação em aconselhamento de casais em segunda união deveria ser pautada dialeticamente na consequente compreensão do historicamente dado e na abertura ao futuro, do qual novas situações podem advir e possibilitar o perdão e a reconciliação de relações quebradas ou rompidas pelos mais variados motivos.

Conclusão

A partir de uma metodologia de aconselhamento pastoral com casais em segunda união, estabelecem-se parâmetros pastorais para a atuação do aconselhador e sacerdote junto às famílias que passam por essa dinâmica das relações sociais. O caminho analítico se configura a partir das falas das pessoas como uma maneira relevante de tratar das situações traumáticas, muitas vezes, incididas sobre as relações familiares. A fala como maneira de tratar situações deveras complexas que a natureza social impõe é, por vezes, um caminho de autocrítica e de reavaliação dos comportamentos ora egoísticos ora fatalísticos os quais nem sempre ecoam na superfície das aparências familiares. Por isso, a fala como caminho terapêutico na abordagem poimênica se torna ferramenta fundamental, uma vez que as pessoas podem participar da construção de entendimento das questões problematizadas pelo aconselhador.

[Recebido em: fevereiro 2012 e
aceito em: abril 2012]

³⁶ PAPA BENTO XVI *apud* SANAGIOTTO, Alir. A espiritualidade de casais em segunda união. PASTORAL FAMILIAR Paróquia de Nossa Senhora Aparecida. Disponível em: <<http://pastoralfamiliarneopolis.blogspot.com/2009/08/espiritualidade-dos-casais-em-segunda.html>>. Acesso em: 2 out. 2011.